



REGIMENTO INTERNO

Conselho Geral

2025
2029

Artigo 1.º

Objeto

O presente regimento estabelece as normas de organização e funcionamento interno do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Briteiros, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, e com o Regulamento Interno do Agrupamento.

Artigo 2.º

Natureza e âmbito

O Conselho Geral é o órgão de direção estratégica do Agrupamento, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, com as competências e composição aí previstas.

Artigo 3º

Composição

1 - A composição do Conselho Geral é a prevista no nº 1 do artigo 52º do Regulamento Interno do AEB:

- a) Oito representantes do Pessoal Docente;
- b) Dois representantes do Pessoal Não docente;
- c) Cinco representantes dos Pais e Encarregados de Educação;
- d) Três representantes do município;
- e) Três representantes da comunidade local.

2 - O Diretor participa nas reuniões do Conselho Geral, sem direito a voto;

3 - Nas suas faltas e impedimentos, o Diretor pode fazer-se substituir pelo Subdiretor;

4 - Sempre que um membro cesse funções antes do termo do mandato, é substituído pelo suplente, ou, na sua ausência, procede-se à designação ou eleição de novo representante pela entidade ou grupo que o elegeu ou designou.

Artigo 4.º

Mandato

1 - O mandato dos membros do Conselho Geral tem a duração de quatro anos, à exceção dos representantes dos pais e encarregados de educação, cuja duração é de dois anos;

2 - O mandato inicia-se imediatamente após a tomada de posse dos membros do Conselho Geral e cessa com o ato da tomada de posse do Conselho Geral subsequente;

3 - O mandato dos representantes cessa automaticamente com a perda da qualidade que determinou a sua designação ou eleição (por exemplo, cessação de funções no agrupamento ou de encarregado de educação).

Artigo 5º

Competências

As competências do Conselho Geral, encontram-se definidas no nº 1, do artigo 53º, do Regulamento Interno do AEB.

- a) **Eleger** o respetivo presidente, de entre os seus membros;
- b) **Eleger** o diretor;
- c) **Aprovar** o projeto educativo e acompanhar e avaliar a sua execução;
- d) **Aprovar** o regulamento interno do agrupamento de escolas;
- e) **Aprovar** os planos anual e plurianual de atividades;

- f) **Apreciar** os relatórios periódicos e aprovar o relatório final de execução do plano anual de atividades;
- g) **Aprovar** as propostas de contratos de autonomia;
- h) **Definir** as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento;
- i) **Definir** as linhas orientadoras do planejamento e execução, pelo diretor, das atividades no domínio da ação social escolar;
- j) **Aprovar** o relatório de contas de gerência;
- k) **Apreciar** os resultados do processo de autoavaliação;
- l) **Pronunciar-se** sobre os critérios de organização dos horários;
- m) **Acompanhar** a ação dos demais órgãos de administração e gestão;
- n) **Promover** o relacionamento com a comunidade educativa;
- o) **Definir** os critérios para a participação da escola em atividades pedagógicas, científicas, culturais e desportivas;
- p) **Exercer** as demais competências que lhe forem atribuídas por lei, regulamento ou deliberação própria.

Artigo 6º

Presidente

- 1- Ao Presidente, eleito de entre os membros do Conselho Geral, cabe, além de outras funções que lhe são atribuídas, convocar, abrir e encerrar as reuniões, dirigir os trabalhos e assegurar o cumprimento das leis e a regularidade das deliberações;
- 2- O Presidente pode ainda suspender ou encerrar antecipadamente as reuniões, quando circunstâncias excepcionais o justifiquem, mediante decisão fundamentada a incluir na ata da reunião;
- 3 - O Presidente é eleito por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções, na primeira reunião do mandato, mediante votação secreta.

Artigo 7º

Substituição do Presidente

- 1-Em caso de ausência ou impedimento do Presidente do Conselho Geral, este é substituído pelo Vice-Presidente;
- 2 - Na ausência simultânea do Presidente e do Vice-Presidente, o Conselho Geral é dirigido pelo membro mais velho presente, até ao regresso de um dos titulares.

Artigo 8º

Sessões/convocatórias

- 1 - A primeira reunião do Conselho Geral, para efeitos de instalação e eleição do Presidente, é convocada pelo Diretor;
- 2 - O Conselho Geral reúne, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, por requerimento de um terço dos seus membros ou por solicitação do diretor;
- 3 - As sessões terão que ser convocadas com a antecedência mínima de 72 horas (3 dias úteis) e acompanhadas dos documentos a discutir e a aprovar;
- 4 - As sessões extraordinárias poderão ser convocadas com 48 horas de antecedência, desde que todos os membros tomem conhecimento seguro e oportuno;
- 5 - As convocatórias serão afixadas nos locais habituais, na Escola Básica de Briteiros, sendo dado conhecimento presencial aos elementos internos. Os elementos externos (representantes do município, dos pais e encarregados de educação e representantes da comunidade) terão

conhecimento da convocatória, através do Presidente, pela forma mais expedita (correio eletrónico ou outra a articular com o Presidente); no caso de sessão extraordinária, apenas via telefone ou correio eletrónico;

6 - Nas convocatórias deve constar, de forma expressa e especificada, os assuntos a tratar na reunião, bem como o dia, hora e o local;

7 - As sessões terão lugar nos dias úteis, tendo como hora de referência para o seu início às 18 horas;

8 - As reuniões podem realizar-se em formato presencial e à distância (por videoconferência);

9 - Nas reuniões realizadas à distância, devem ser garantidas as condições de identificação, participação e votação equivalentes às das reuniões presenciais.

Artigo 9º

Deliberações

Só podem ser objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia da sessão, salvo se, tratando-se de sessão ordinária, pelo menos dois terços dos membros reconhecerem a urgência de deliberação imediata, sobre outros assuntos.

Artigo 10º

Atas da reunião

1 - De cada reunião será lavrada ata que conterá um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando designadamente a data e o local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e a forma e resultado das respetivas votações;

2 - As reuniões serão secretariadas por um elemento do Conselho Geral a designar pelo Presidente, sendo a respetiva ata posta à aprovação de todos os membros, no início da reunião seguinte e assinada, após a aprovação, pelo Presidente e pelo Secretário designado. Nos casos em que o órgão assim delibere, a ata será aprovada, em minuta, no final da reunião a que respeita;

3 - Os membros do Conselho Geral podem fazer constar em ata o seu voto de vencido e as razões que o justifiquem;

4 - Quando se trate de parecer a dar aos outros órgãos, as deliberações serão sempre acompanhadas das declarações de voto apresentadas;

5 - As atas podem ser aprovadas em minuta no final da reunião, devendo ser assinadas pelo Presidente e pelo Secretário designado;

6 - É admitida a assinatura digital das atas e o arquivo eletrónico das mesmas.

Artigo 11º

Quórum

1 - O Conselho Geral só pode deliberar quando esteja presente a maioria legal dos seus membros com direito a voto;

2 - Não se verificando na primeira convocatória o quórum previsto no número anterior, será convocada nova reunião, com o intervalo de, pelo menos, 48 horas, prevendo-se nessa convocação que o órgão delibere desde que estejam presentes um terço dos seus membros com direito a voto.

Artigo 12º

Formas de votação

1 - As deliberações são tomadas por votação nominal, devendo o presidente votar em último lugar;

- 2 - As deliberações que envolvam apreciação de comportamentos ou das qualidades de qualquer pessoa são tomadas por escrutínio secreto;
- 3 - As votações podem realizar-se por via eletrónica segura nas reuniões à distância, devendo o sistema garantir a confidencialidade do voto secreto, quando aplicável.

Artigo 13º

Maioria nas deliberações

- 1 - As deliberações são tomadas por maioria absoluta dos votos dos membros presentes na reunião;
- 2 - Os membros do Conselho Geral serão, individual e solidariamente, responsáveis perante a comunidade educativa que os elegeu ou designou quanto às deliberações produzidas por este órgão, perante o Estado pelo cumprimento da Lei e das normas regulamentares em vigor;
- 3 - Ficarão isentos de responsabilidade civil, disciplinar e criminal inerente às deliberações, os membros ausentes e os presentes que, não concordando com as resoluções tomadas, o tenham manifestado em declaração de voto.

Artigo 14º

Empate na votação

- 1 - Em caso de empate na votação, o Presidente tem voto de qualidade, salvo se a votação se tiver efetuado por escrutínio secreto;
- 2 - Havendo empate em votação por escrutínio secreto, proceder-se-á imediatamente a nova votação e, se o empate se mantiver, adiar-se-á a deliberação para a reunião seguinte; se na primeira votação dessa reunião se mantiver o empate, proceder-se-á a votação nominal.

Artigo 15º

Retificação, reforma e conversão

- 1 - A discordância do Conselho Geral face aos documentos/assuntos apresentados por outros órgãos, deve ser devidamente fundamentada e com apresentação das respetivas alterações/sugestões, por escrito, e entregues ao Diretor;
- 2 - O Diretor fará chegar o documento ao respetivo órgão, devendo apresentá-lo, novamente, ao Conselho Geral, no prazo de 15 dias.

Artigo 16º

Faltas às reuniões

- 1 - As faltas às reuniões do Conselho Geral deverão ter sempre carácter excecional, devendo os membros ausentes justificar a sua não comparência, por escrito, ao presidente, se possível, antes da reunião; caso contrário, no prazo de 24 horas;
- 2 - As faltas dadas pelos membros representantes do pessoal docente serão justificadas nos termos da lei geral.

Artigo 17º

Perda de mandato

A não comparência injustificada a duas reuniões consecutivas ou três intercaladas constitui motivo para participação à entidade que o designou ou elegeu.

Artigo 18º

Comissão Permanente

- 1 - A fim de proceder ao acompanhamento da atividade do AEB entre as reuniões ordinárias, o Conselho Geral institui no seu seio a Comissão Permanente;

4 - Compete à Comissão Permanente preparar os trabalhos das reuniões do Conselho Geral e acompanhar a execução das deliberações tomadas, apresentando relatório nas reuniões seguintes.

(

)